

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2021**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA CRISTINA DO COUTO

MORADA: Rua Basílio Macedo, 354

LOCALIDADE: Couto

FREGUESIA: União das freguesias de Santo Tirso, Couto e Burgães

CONCELHO: Santo Tirso

CODIGO POSTAL: 4780-177

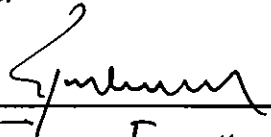


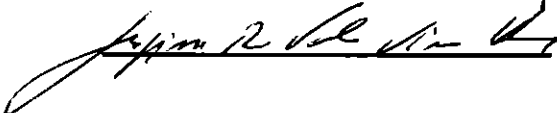
(O Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

DATA: Couto 20 de 2 de 2022

ASSINATURAS:

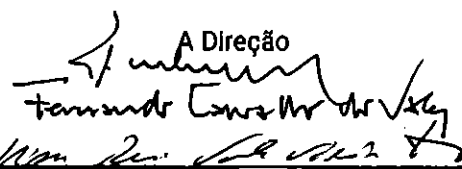


Fernando Esposo


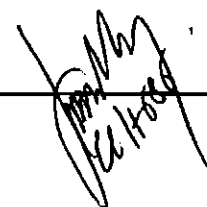
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTA CRISTINA DO COUTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte : 503241903
 Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	514 496,38	555 070,91
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.13	10 489,38	9 668,85
		524 985,76	564 739,76
Ativo corrente			
Inventários	6	2 250,97	3 066,04
Créditos a receber	11.1	9 621,26	10 413,03
Estado e outros entes públicos	11.7	238,01	616,78
Diferimentos	11.3	3 731,07	3 360,23
Outros ativos correntes	11.2	4 484,24	7 835,58
Caixa e depósitos bancários	11.4	345 215,47	295 723,37
		365 541,02	321 015,03
Total do ativo		890 526,78	885 754,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	970 222,91	970 222,91
Resultados transitados	11.5	-190 017,33	-201 632,16
		780 205,58	768 590,75
Resultado líquido do período		9 721,51	11 614,83
Total dos fundos patrimoniais		789 927,09	780 205,58
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11.16	2 525,00	2 525,00
		2 525,00	2 525,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	9 526,46	6 194,41
Estado e outros entes públicos	11.7	8 336,81	8 473,61
Outros passivos correntes	11.8	80 211,42	88 356,19
		98 074,69	103 024,21
Total do passivo		100 599,69	105 549,21
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		890 526,78	885 754,79

A Direção

 Fernando Carvalho de Sá
 Diretor

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA CRISTINA DO COUTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

503241903

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	7	307 767,97	341 091,64
Subsídios, doações e legados à exploração	8 / 11.9	230 220,46	201 941,25
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-53 011,69	-41 294,63
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-109 263,58	-107 979,89
Gastos com o pessoal	9	-311 096,40	-320 679,32
Provisões (aumentos/reduções)	11.16	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	11.14	768,71	-3 251,27
Outros rendimentos	11.11	4 213,98	2 765,19
Outros gastos	11.12	-2 281,04	-470,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		67 318,41	72 122,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-57 596,90	-60 507,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 721,51	11 614,83
Resultados antes de impostos		9 721,51	11 614,83
Resultado líquido do período		9 721,51	11 614,83

A Direção
 Fernando Lourenço do Vale
 Diretor

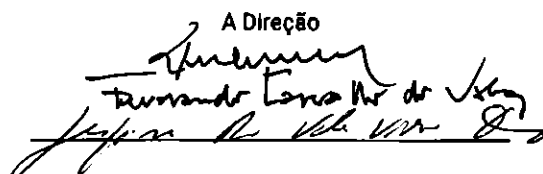
O Contabilista Certificado

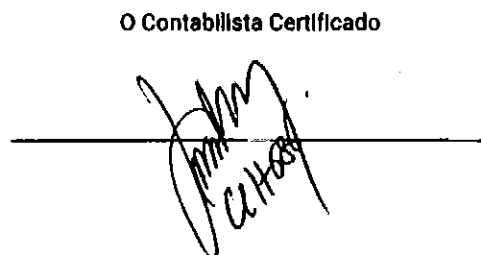
[Handwritten signature]

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA CRISTINA DO COUTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		325 002,88	360 835,74
Pagamentos a fornecedores		-122 371,13	-129 048,96
Pagamentos ao pessoal		-238 341,79	-226 346,19
Caixa gerada pelas operações		-35 710,04	5 440,59
Outros recebimentos/pagamentos		97 711,97	78 945,20
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		62 001,93	84 385,79
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-16 922,38	-2 135,49
Investimentos financeiros		-1 147,27	-1 445,17
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		57,03	104,56
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-18 012,62	-3 476,10
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		5 502,79	6 783,78
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		5 502,79	6 783,78
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		49 492,10	87 693,47
Caixa e seus equivalentes no início do período		295 723,37	208 029,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	345 215,47	295 723,37

A Direção

 Fernando Costa do Vale
 Diretor do Centro Social

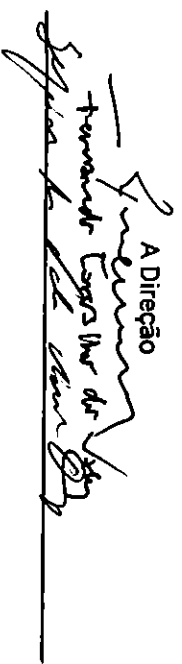
O Contabilista Certificado

 [Signature]

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA CRISTINA DO COUTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 503241903

Moeda: Euros

	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Estrutura Residência	Centro de Data	Serviço Apoio Doméstico	PERÍODOS	
						2021	2020
Vendas e serviços prestados			177 024,11	64 072,11	66 671,75	307 767,97	341 091,64
Custo das vendas e dos serviços prestados			-185 644,69	-99 028,45	-79 434,95	-364 108,09	-361 973,95
Resultado Bruto			-8 620,58	-34 956,34	-12 763,20	-56 340,12	-20 882,31
Outros Rendimentos			119 921,08	62 864,47	55 072,52	237 858,07	207 006,02
Gastos administrativos			-89 996,27	-52 591,95	-24 272,26	-166 860,48	-168 457,11
Outros Gastos			-2 315,10	-1 428,72	-1 192,14	-4 935,96	-6 051,77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			18 989,13	-26 112,54	16 844,92	9 721,51	11 614,83
Gastos de financiamento (líquidos)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos			18 989,13	-26 112,54	16 844,92	9 721,51	11 614,83
Resultado líquido do período			18 989,13	-26 112,54	16 844,92	9 721,51	11 614,83

A Direção
 Fernando Lopes da Silva


O Contabilista Certificado


**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL
DE
SANTA CRISTINA DO COUTO**

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2021

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros...	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	8
5	Ativos Intangíveis	8
6	Inventários	9
7	Rendimentos e gastos	9
8	Subsídios e outros apoios de entidades públicas	10
9	Benefícios dos empregados.....	10
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	10
11	Outras divulgações	10
11.1	Créditos a receber	11
11.2	Outros ativos correntes	11
11.3	Diferimentos	11
11.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	11
11.5	Fundos Patrimoniais	12
11.6	Fornecedores.....	12
11.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	12
11.8	Outros Passivos Correntes.....	12
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
11.10	Fornecimentos e serviços externos.....	13
11.11	Outros rendimentos	14
11.12	Outros gastos	14
11.13	Investimentos Financeiros	14
11.14	Aumentos / reduções de justo valor.....	14
11.15	Fluxos de caixa	15
11.16	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	15
11.17	Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	15
11.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Santa Cristina do Couto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos registados na Segurança Social e publicados no Diário da República, III série, n.º 262 de 9 de Novembro de 1993.

Tem sede na Rua Basílio Macedo n.º 354, na freguesia de Santa Cristina do Couto, concelho de Santo Tirso.

Os fins e objetivos da Instituição concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Apoio à família;
- Apoio às pessoas através de estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia, centro de convívio e apoio domiciliário;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção social dos cidadãos e outras respostas sociais desde que contribuam para efetivação dos direitos sociais e eclesiais dos cidadãos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos

e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 10.4, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	4 a 33 anos
Equipamento básico	6 a 8 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	2,5 a 6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Software	3 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista. Verificou-se que a vida útil de determinados ativos, tais como edifícios e outras construções, tem sido afetada em consequência da sua utilização acrescida. Assim por indicação da Direção da Instituição, no ano de 2020 foram ajustadas as taxas de depreciação desses ativos fixos para 5%.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

Os elementos de reduzido valor são amortizados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.



Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta "415 - Outros investimentos financeiros" e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o Interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os "Financiamentos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Regularizações	31-12-2021
Edifícios e Outras Construções	1 008 806,80			1 008 806,80
Equipamento Básico	118 527,37	100,00		118 627,37
Equipamento de Transporte	59 437,95	16 922,37		76 360,32
Equipamento Administrativo	7 801,65			7 801,65
Outros Ativos Fixos Tangíveis	45 113,27			45 113,27
Ativo Tangível Bruto	1 239 687,04	17 022,37		1 256 709,41
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	449 409,42	50 014,87		499 424,29
Equipamento Básico	118 542,97	253,48		118.796,45
Equipamento de Transporte	55 755,93	4 290,96		60 046,89
Equipamento Administrativo	7 801,65			7 801,65
Outros Ativos Fixos Tangíveis	33 416,35	3 037,59		36 453,94
Depreciações Acumuladas	684 616,13	57 596,90		742 213,03
Ativo Tangível Líquido	555 070,91	-40 574,53		514 496,38

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	31-12-2021
Programas de Computador	246,00	0,00	246,00
Ativo Intangível Bruto	246,00	0,00	246,00
Depreciações Acumuladas			
Programas de Computador	246,00	0,00	246,00
Depreciações Acumuladas	246,00	0,00	246,00
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2021	31-12-2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 250,97	3 066,04
Total	2 250,97	3 066,04

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2021	2020
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	3 066,04	3 440,84
Compras	10 543,81	16 356,89
Regularização existências	41 652,81	24 562,94
Donativos espécie (Banco Alimentar e outros)	41 652,81	24 428,67
Outras regularizações (Outros produtos)	0,00	134,27
Saldo Final	2 250,97	3 066,04
Gastos do Período	53 011,69	41 294,63

7 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2021	31-12-2020
Prestação de Serviços	307 767,97	341 091,64
Mensalidades dos Utilizadores	266 535,45	311 025,80
Complemento mensal familiares	20 096,46	10 060,29
Comparticipações higiene e conforto	16 861,31	16 152,67
Outras participações	4 274,75	3 852,88
Outros Rendimentos e Ganhos	4 014,50	2 660,63
Total	311 782,47	343 752,27

8 Subsídios e outros apoios de entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2021	2020
		Demonstração de Resultados	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	164 824,80	150 965,91
Município de Santo Tirso	Não Reembolsável	0,00	5 000,00
IEFP	Não Reembolsável	9 577,63	3 554,36
ISS - Adaptar Social +	Não Reembolsável	0,00	5 884,00
Total		174 402,43	165 404,27

9 Benefícios dos empregados

O órgão diretivo é composto por 7 elementos. A instituição contou, em média, com 24 colaboradores em 2021 e 26 em 2020.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	244 188,17	256 831,13
Indemnizações	0,00	381,00
Encargos sobre as Remunerações	49 742,33	52 967,93
Seguros de Acidentes	3 454,95	3 458,58
Outros Gastos com o Pessoal	1 119,92	1 820,04
Gastos referentes a CEI, CEI+ e Estágios Profissionais	12 591,03	5 220,64
Total	311 096,40	320 679,32

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:



11.1 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	9 621,26	10 413,03
Total	9 621,26	10 413,03

11.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimos rendimentos	0,00	696,25
Valores de utentes	0,00	696,25
Fornecedores valores adiantados	166,38	10,92
Adiantamentos ao pessoal	400,40	0,00
ISS – Adaptar Social +	0,00	2 942,00
ISS – Acordo Cooperação	437,24	0,00
Outros devedores	3 480,22	4 186,41
Total	4 484,24	7 835,58

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 674,60	3 329,65
Outros	56,47	30,58
Total	3 731,07	3 360,23

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	9 255,94	1 473,48
Depósitos à Ordem	135 729,87	144 145,33
Depósitos a Prazo	200 229,66	150 104,56
Total	345 215,47	295 723,37

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2021:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	970 222,91			970 222,91
Resultados Transitados	-201 632,16	11 614,83		- 190 017,33
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00			0,00
Total	768 590,75	11 614,83	0,00	780 205,58

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c		
Fornecedores	9 526,46	6 194,41
Total	9 526,46	6 194,41

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
IVA - A Recuperar	219,00	616,78
IRC - Retenção de juros	19,01	0,00
Total	238,01	616,78
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	1 417,00	1 857,90
Segurança Social	6 794, 47	6 504,52
Outros (FCT e FGCT)	125,34	111,19
Total	8 336,81	8 473,61

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
	Corrente	Corrente
Clientes e utentes	9 319,48	1 074,35
Adiantamentos de utentes	9 319,48	1 074,35
Pessoal	4 000,00	18 061,30
Rem. A pagar – ao pessoal	0,00	18 061,30
Rem. A pagar – gratificações a liquidar em 2022	4 000,00	0,00
Fornecedores Investimento	0,00	0,00
Contas gerais	0,00	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos	45 398,52	48 762,51
Remunerações a Liquidar	43 496,64	46 069,56
Outros Acréscimos de gastos	1 901,88	2 692,95
Outros Credores	830,91	921,97
Outros Credores – Cauções utentes	13 336,44	14 400,84
Liga de Amigos	7 232,57	5 135,22
Outros credores – Créditos por identificar	93,50	0,00
Total	80 211,42	88 356,19

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	174 402,43	165 404,27
Doações e heranças	55 818,03	36 536,98
Total	230 220,46	201 941,25

Os "Subsídios e Apolos do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8. Os géneros alimentares, doados pelo Banco Alimentar, foram considerados na conta 753-Doações e Heranças.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	25 264,20	29 198,28
Materials	14 700,06	8 650,89
Energia e fluidos	39 353,22	33 998,40
Deslocações, estadas e transportes	597,44	792,00
Serviços diversos	14 804,62	15 707,43
Encargos com Utentes	14 544,04	19 645,74
Total	109 263,58	107 979,89

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros Rendimentos:		
Bar	435,40	530,23
Linde energia - reembolsos	42,67	372,67
Vitalaire energia - reembolsos	0,00	25,99
Descontos p.p. obtidos	0,00	57,54
Correções períodos anteriores	3 301,58	4,00
Restituição de impostos (IRC retido)	34,85	0,00
Benefícios de penalidades contratuais	0,00	635,00
Donativo Liga de Amigos	0,00	1 035,20
Outros	200,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	199,48	104,56
Total	4 213,98	2 765,19

11.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Taxas	29,68	49,21
Correções relativas a períodos anteriores	1 947,94	119,40
Quotizações	300,00	300,00
Multas e outras penalidades	0,00	0,00
Juros mora/compensatórios	3,42	2,11
Total	2 281,04	470,72

11.13 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Participações capital - Centuris	250,00	250,00
Fundos de compensação de trabalho	4 484,32	4 386,75
Ações Millenium	5 755,06	5 032,10
Total	10 489,38	9 668,85

11.14 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2021 e 2020 ganhos/perdas por aumento/diminuição do "justo valor":

Descrição	2021	2020
Aumentos		
Em Investimentos financeiros	3 423,63	2 299,58
Reduções		
Em Investimentos financeiros	- 2 654,92	- 5 550,85
Saldo	768,71	- 3 251,27

11.15 Fluxos de caixa

A rubrica "Outros recebimentos e pagamentos", na demonstração de fluxos de caixa, inclui os montantes recebidos da segurança social no âmbito dos acordos de cooperação. Em 2021 foram recebidos 164 387,56 euros e em 2020 foram recebidos 150 965,91 euros.

11.16 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período de 2021 ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	Saldo 01/01/2021	Utilização	Reversão	Saldo 31/12/2021
Provisões				
Outras Provisões	2 525,00			2 525,00

No período de 2018 foi reconhecido o montante de 2 525 euros em outras provisões, respeitantes a quantias a pagar em anos posteriores.

Outras provisões

No ano de 2017, a segurança social inspecionou a Instituição, tendo detetado que, em 3/2/2017, o estabelecimento ERPI funcionava com excesso de lotação em relação a capacidade máxima autorizada. Por ter verificado essa não conformidade, a segurança social instaurou o respetivo processo de contraordenação e notificou a Instituição (em Setembro de 2018) a pagar a colma no valor de 2.525 euros. A Entidade impugnou e aguarda resposta.

11.17 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2021, foi o seguinte:

ERPI: 19; Centro de Dia: 22; Serviços apoio domiciliário: 23

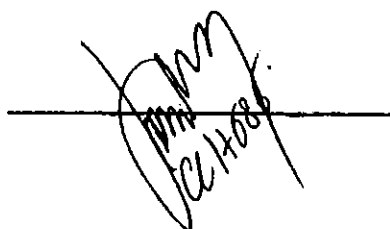
11.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santo Tirso, 20 de Fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção

